

SESSÕES DO PLENÁRIO

18ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 21 de maio de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em comemoração ao Dia Nacional da Defensoria Pública, proposta pelo nobre deputado Fabrício Falcão.

Convido-o para compor a Mesa, assim como também o Sr. Defensor Público Geral, Clériston Cavalcante de Macêdo; o Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Inaldo Araújo; o Sr. Conselheiro Substituto Ronaldo Nascimento, representante do Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, Conselheiro Francisco Netto; o Sr. Defensor Público Federal Ricardo Fonseca; o Sr. Corregedor da Polícia Militar, Cel. Manoel Amâncio, representante do Comandante Geral, Cel. Anselmo Brandão; a Srª Presidente da Associação dos Defensores Públicos, Ariana Sousa; a Srª Conselheira da OAB Cyntia Maria Possídio Oliveira Lima, representante do Sr. Presidente da OAB/BA, Luiz Viana Queiroz; o Sr. Subcorregedor da Defensoria Pública do Estado, César Ulisses Oliveira; a Srª Diretora da Escola Superior da Defensoria Pública, Firmiane Venâncio; e meu querido amigo deputado-relator da Emenda Nº 80/2014, o companheiro Amauri Teixeira.

Agora convido a todos para ouvirmos o Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de conceder a palavra ao proponente desta sessão, deputado Fabrício Falcão, gostaria de pedir desculpas, pois terei de me ausentar, tendo em vista compromissos assumidos anteriormente. Entretanto fiz questão de participar desta abertura para parabenizar os defensores e dizer que tenho uma admiração profunda e respeito pelo vosso trabalho. Por diversos fatores. O primeiro é porque, no momento da dificuldade e da carência, as pessoas procuram o defensor. Acredito que vocês defendem os mais carentes, mais humildes e necessitados. O segundo é porque nunca vi na vida um povo tão insistente quanto o dos defensores.

Lembro que eu era deputado de oposição, geralmente chego muito cedo na Assembleia, muitas vezes eu chegava e eles estavam na porta para conversar. E

venceram a luta, primeiro, pela Justiça; segundo, pela insistência. E parece-me que isso é do perfil, é do sangue do defensor.

Recentemente, 14 futuros defensores estiveram aqui, talvez permanente nesta Casa, procurando os parlamentares para que todos nós, os deputados Euclides, Fabrício, Maria del Carmen, sensibilizassem o governador Rui Costa para que o mesmo autorizasse os recursos ou a negociação com o Dr. Clérison para que os mesmos pudessem assumir.

Lembro-me que uma dessas defensoras vinha tanto aqui que passou a ser acompanhada pelo marido, porque praticamente passou a ser a sua casa – ela está ali sentada, inclusive eu pensava que ele também era defensor, mas já que ela estava transferindo a moradia aqui para a Assembleia, venceu pela Justiça e, segundo, pela insistência.

E fico muito feliz, porque elas conquistaram a Casa pela educação, pela mobilização respeitosa, todos nós sabemos que quando você pega um palito só, você quebra; mas se você juntar 14 palitos, nós não conseguimos quebrar.

Então o movimento reivindicatório é positivo, desde que seja pacífico. E elas fizeram a camisa, sensibilizaram pelo twitter, e quando estive pela última vez com o governador Rui Costa, eu disse: governador, por favor, contrate, porque ninguém aguenta mais a insistência (palmas) dessas concursadas.

Agora, lembro-me que fiz um pleito, quando eu conversei com as mesmas, Dr. Clérison, que deixem elas no interior, porque elas reivindicam, vêm aqui, pressionam o chefe da Defensoria, depois vão atrás de um pistolão ou um pleito para vir para Salvador, conseqüentemente o interior do Estado, que necessita muito do defensor, fica sem essa assistência que é tão importante, eu diria, para a democracia, principalmente neste momento difícil por que o Brasil atravessa, com grandes dificuldades políticas, com grandes dificuldades econômicas, eu diria até com grandes dificuldades moral. A situação econômica, moral e política, infelizmente, estamos num momento muito difícil.

Todos nós, do mais humilde ao mais graduado, vamos tirar este Brasil da crise com muito trabalho. E a Defensoria é muito importante para que possamos crescer cada vez mais no nosso Estado.

Portanto, eu gostaria de convidar a deputada Fabíola para presidir a sessão enquanto o deputado Fabrício Falcão faz o seu discurso e depois ele presidirá a sessão.

Quero dizer a vocês que esta Casa é do povo, esta Casa é de vocês, sejam bem-vindos e muito obrigado pela presença.

(Palmas.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fabíola Mansur):- É uma honra estar aqui neste dia, na oportunidade, presidindo esta sessão, parabênizo o deputado Fabrício Falcão pela iniciativa; que honra estar aqui, Dr. Clérison Macedo, ao seu lado, bem como de todos os componentes da Mesa, nós que travamos juntos essa batalha pela

convocação dos 14 defensores, que o Dr. Clériston já conseguiu que sejam 17, ou seja, já deu um jeitinho a mais, tendo a certeza que dessa maneira é que a gente promove justiça, promove igualdade de direitos, interiorizando o acesso a esses mesmos direitos.

A Sr^a PRESIDENTA (Fabíola Mansur):- Quero saudar todos os defensores e defensoras e neste ato, deputado Fabrício Falcão, convocá-lo para fazer uso de suas palavras como proponente desta importante sessão pelo Dia Nacional do Defensor Público. (Palmas.)

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Bom dia a todos e a todas, para mim é um prazer, uma honra imensa de ser o proponente de uma sessão como esta. Quero saudar a deputada Fabíola Mansur, que ora preside esta sessão, novata nesta Assembleia mas já premiada pelas qualidades, uma grande deputada que o Parlamento ganhou. Parabenizo o seu mandato e o povo baiano por tê-la escolhido; o deputado Marcelo Nilo, presidente da Assembleia Legislativa, que teve que sair por compromissos assumidos que o impossibilitam de estar aqui por mais tempo, embora ele quisesse ficar; o Sr. Clériston Cavalcante, defensor público geral, esse homem que ilustra a importância dessa grande instituição e honra ser presidente dela; o Sr. Inaldo da Paixão Araújo, presidente do Tribunal de Contas do Estado, grande homem público, com um grande trabalho como conselheiro do Tribunal de Contas, sendo esse órgão de Contas do Estado da Bahia, grande intelectual da área da contabilidade, do direito, por quem se tem grande respeito e que nós saudamos a sua participação aqui; o Sr. Ronaldo do Nascimento, conselheiro substituto; o Sr. Ricardo Fonseca, defensor público federal; O Sr. Coronel Manoel Amâncio, corregedor da Polícia Militar; a Sr^a Ariana Sousa, defensora pública da Adep; a Sr^a Cyntia Maria de Oliveira Lima, conselheira da OAB; o Sr. César Ulisses de Oliveira Lima, subcorregedor da Defensoria Pública do Estado; a Sr^a Firmiane Venâncio, diretora de Escola Superior da Defensoria Pública; o Sr. Amauri Teixeira, ex-deputado, um dos mais combativos e honrados deputados que a Bahia teve no Congresso Nacional, deputado de excelência; os deputados estaduais aqui presentes Maria del Carmen, Euclides Fernandes e Gika – hoje, dia de quinta-feira, muitos deputados têm outras atividades, por isso nem todos podem estar presentes neste momento, mas para mim é uma honra, um prazer inestimável poder mais uma vez fazer uma sessão aqui para lembrar da importância e o papel da Defensoria Pública para o povo da Bahia.

Sabemos que a nossa Justiça além de tardia e falha é muito distante do povo. Infelizmente temos a Justiça que garante o cumprimento das leis, das normas e das regras que nós como deputados estaduais, vereadores, deputados federais constituímos para o funcionamento da Nação mas a nossa Justiça é muitas vezes muito lenta e muitas vezes distante.

Já fiz vários pronunciamentos me mostrando indignado e contrário a desativação de diversas comarcas pelo Estado da Bahia, porque a Bahia, quem conhece um pouco de geografia, de geopolítica, é um Estado imenso, maior do que a França. Dentro da Bahia devem caber pelo menos dez países como o Japão.

A Bahia é quase um continente. Se o Brasil é um continente, a Bahia é imensa. De uma ponta deste Estado são mais de 1400 quilômetros de distância. Na maioria dos países da Europa conseguem-se atravessar dois, três, quatro, cinco países em uma distância de 800 quilômetros, frente o tamanho, em população, desses países, em tamanho geográfico. Então, a Bahia é gigantesca.

Por ser gigantesca, a Bahia tem mais de 500 mil quilômetros quadrados com 417 municípios, mais de 200 mil povoados, municípios maiores do que alguns países. Para se ter uma ideia, fui dar uma palestra há uns 15 anos sobre democracia, direitos humanos e cidadania no município de Cocos, na sede do município. Fiquei assustado com o povoado de Cocos, Amauri, chamado Cajueiro – um povoado pertencente a Cocos. Sabe qual a distância da sede de Cocos para um distrito chamado Cajueiro? Duzentos e noventa e oito quilômetros e mais de sete horas de distância em estrada de terra. Isso mostra a complexidade do tamanho do Estado e por isso as pessoas vivem distantes das sedes dos municípios num Estado que tem mais de 200 mil povoados, e nesse aspecto fechar Comarcas da Justiça chega a ser uma aberração. Precisamos trabalhar pela questão do princípio da economicidade, de diminuir gastos públicos. Mas, quando se fecha uma Comarca, isso não é economia. Isso é um desrespeito e um desperdício da Justiça que está mais perto do homem comum, do homem do povo que sequer sabe chegar próximo a ela. Portanto, não podemos tolerar isso! (Palmas!)

Quando aqui falamos da Justiça, do Estado Democrático de Direito e da necessidade do acesso ao Judiciário pelo povo, o defensor público é essencial. Nem todo mundo pode pagar um advogado, nem todo mundo sequer sabe como chegar até à Justiça para ser atendido no momento de uma necessidade. E a Defensoria Pública vem ter este papel de ser um elo mais próximo entre aquelas pessoas do povo que não têm acesso à Justiça nem podem contratar um profissional de Direito, que muitas vezes é caro. Às vezes, apenas para fazer uma retificação de nome ou documento, um advogado cobra dois, três salários mínimos. Isso num Estado onde temos uma alta concentração de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza.

Fora essa questão econômica, também tem a de o cidadão saber e conhecer os seus direitos. Então, as pessoas têm dificuldades em ter direito aos seus direitos legítimos que estão nas Constituições Estadual e Federal. Logo, por esse papel a Defensoria é igualmente importante.

Eu me orgulho de fazer mais uma sessão especial. Elegi-me deputado há 5 anos. Acho que é esta a 4ª ou 5ª que pude realizar. Uma das mais importantes que fiz foi quando um grupo de jovens advogados e advogadas que passaram num concurso público estava tendo dificuldade de ser chamado. Então, foram ao meu gabinete algumas vezes. Aí, realizei depois uma destas sessões especiais para sensibilizar o nosso governador da necessidade de liberar mais recursos para haver a efetiva nomeação daqueles defensores.

Alguns foram nomeados, outros tiveram mais dificuldades. Até que enfim, graças a Deus, esta semana os últimos foram chamados! Mas, mesmo assim, a quantidade de defensores públicos ainda é muito pequena. (Palmas!) São só 260 para

um Estado que tem 417 municípios, e mais de 100 desses profissionais estão aqui em Salvador. Portanto, é necessário contratar mais.

Sabemos que o Brasil passa por um momento de grande crise econômica, e o nosso Estado está passando dificuldades também. Tomara que não passemos por uma dificuldade como passou a Europa e os Estados Unidos com a chamada década perdida, em que países como a Espanha tiveram o desemprego batendo 40%! Acho que aqui não chegará a isso, passaremos esta crise o mais rápido possível. Porém, sabendo da dificuldade de orçamento que tem a Bahia, as nossas contas, os recursos que o governador tem para pagar despesas fixas mensais estão no aperto. Este ano, por conta da crise na economia, também sabemos que haverá uma retração de impostos para o Estado, que vive deles, das taxas que arrecada. No entanto ter mais defensores não é gasto, é investimento! (Palmas!) Investimento de acesso à população mais carente.

Acho que o Estado tem de fazer economia, sim. Agora mesmo, o governador da Bahia está desfazendo-se da Empresa Baiana de Alimentos. Sinceramente, tenho muito respeito pelos servidores da Ebal. Só acho que não é papel do Estado vender comida. Quem tem de vender alimentos são os supermercados. É o Bompreço, Atacadão, Carrefour. O Estado tem de prover o cidadão de ofertas de serviços que são essenciais à vida do povo.

Falamos bastante da importância da Defensoria Pública, de termos mais concursos, mais agentes prestando assistência jurídica gratuita. Nesses aspectos não quero me alongar mais. Mas quero parabenizar a cada senhora e cada senhor que compõem essa tão importante missão para o Estado.

Podem me ter como empregado de vocês para lutar por uma Defensoria cada dia mais forte e maior, para que possamos, em cada comarca, ter um defensor público para auxiliar uma Justiça mais célere àqueles que mais precisam. (Palmas)

Sejam bem-vindos a esta Casa. Agradeço e parabenizo vocês pelo trabalho. (Palmas) Coloco-me como empregado do povo da Bahia e como empregado de vocês, para que possamos ter uma Defensoria mais forte e com um número maior. Meu forte abraço e tudo de bom a vocês.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabiola Mansur):- Mais uma vez, parabéns, deputado Fabrício Falcão, pela iniciativa de brindar esta Casa, no dia 19 de maio, com essa homenagem aos defensores públicos neste que deveria ser não só o Dia Nacional da Defensoria Pública, como também o dia nacional da promoção da cidadania. Saúdo, mais uma vez, todos vocês que promovem a cidadania em todo o País. (Palmas.)

Convido o deputado Fabrício Falcão para assumir a presidência dos trabalhos, ao tempo em que convido, para a apresentação da história da Defensoria Pública, a Srª Vanda e o Sr. Rogério.

Deputado Fabrício Falcão, parabéns.

(Apresentação de vídeo.)

O Sr. Rogério:- (Lê) “19 de maio é Dia Nacional da Defensoria Pública. Mas, o que é a Defensoria? É um órgão essencial à Justiça, reconhecido pela Constituição Federal de 1988. É uma Instituição autônoma, essencial à função jurisdicional do Estado, que presta assistência jurídica integral e gratuita às pessoas que não podem pagar os honorários de um advogado.

A Defensoria Pública é o instrumento de pacificação da sociedade e promoção de Direitos Humanos. Seus princípios institucionais são: unidade; indivisibilidade e independência funcional. No Brasil temos as Defensorias Públicas Estaduais e a Defensoria Pública da União; seus membros são defensores públicos.

O defensor público é o bacharel em Direito que presta concurso público para ingressar na carreira, mas não é advogado. É agente político de transformação social. Existe diferenças entre o defensor público e o advogado.

O defensor Público tem remuneração paga pelo Estado, sua representação decorre de lei, tem prerrogativas funcionais, a sua capacidade postulatória decorre da nomeação e posse, e tem competência para ajuizar ações coletivas em nome próprio.

Já o advogado recebe honorários advocatícios, depende de mandato, não tem prerrogativas funcionais, a sua capacidade postulatória depende da OAB e não tem competência para ajuizar ações coletivas.

O defensor público atua na prevenção do conflito, na solução extrajudicial do conflito e na atuação judicial. Na prevenção do conflito o defensor público promove Educação em Direitos, dá orientação jurídica, promove audiências públicas, constrói políticas públicas e monitora o cumprimento da lei.

Na solução extrajudicial do conflito, o defensor público busca a conciliação entre as partes, promove a mediação e a atuação coletiva. Na atuação judicial, o defensor representa os interesses da parte assistida em juízo.

Sempre há dúvidas de quem pode procurar os serviços da Defensoria. Todo cidadão que não pode pagar um advogado sem prejuízo de sua subsistência ou de sua família. (Renda familiar inferior ao teto de isenção do IR (= R\$ 2.046,38);

Também pode a pessoa que não seja proprietário, titular de aquisição, herdeiro, legatário ou usufrutuário de bens móveis, imóveis, ou direitos, cujos valores ultrapassem a quantia a 50 vezes o valor de isenção de pagamento do Imposto de Renda, equivalente a R\$ 102.319,00; e que não possua recursos financeiros em aplicações ou investimentos em valor superior a 5 vezes o valor de isenção de pagamento do Imposto de Renda, equivalente a R\$ 10.231,90.

Os casos, envolvendo violações aos direitos humanos, criança e adolescente, defesa criminal, execução penal e exercício de curadoria, não dependem de considerações sobre a necessidade econômica do beneficiário.

A pessoa que não se enquadrar no critério estabelecido para a presunção da necessidade poderá requerer a assistência jurídica gratuita demonstrando que não tem

como arcar com os honorários de advogado e com as custas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento ou do de sua família. Pessoas jurídicas, também, podem ser assistidas pela Defensoria Pública.

Nossa História

Há 30, anos a lei nº 4.856/85, de 30 de dezembro de 1985, criou a Defensoria Pública do Estado da Bahia, englobando membros atuantes na área criminal, vinculados ao Ministério Público do Estado da Bahia e à Procuradoria. A Defensoria passou a ter o objetivo de atender a população carente da Bahia nas áreas cível, trabalhista e na Justiça Federal.

Mas sua história já vinha sendo construída desde 1975, quando as primeiras atividades de assistência jurídica e judiciária gratuitas para a população foram prestadas pela Coordenação de Assistência Judiciária (CAJ), que foi criada por iniciativa da Procuradoria do Estado, como um órgão vinculado à Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social.

Em 1988, a Constituição Federal reconheceu a Defensoria Pública como órgão essencial à Justiça. No ano de 1994, com a Lei Complementar Federal nº 80/94, a Defensoria Estadual concentrou a sua atuação nas áreas cível e criminal.

Em 2005, grandes transformações marcaram a história da Defensoria Pública do Estado – DPE –, estimuladas pela Emenda Constitucional nº 45/2004 que, em dezembro de 2004, regulamentou, em nível federal, a autonomia da Defensoria Pública, dando diretrizes para que este processo começasse a ganhar vida no País, em diversos Estados.

A Emenda nº 11/05, em 29 de Junho de 2005, adequou a Constituição Estadual à Carta Federal e regulamentou a autonomia no Estado, fazendo com que a Defensoria se desvinculasse da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos (SJDH), a partir de 2 de janeiro de 2006.

A sanção da Lei Complementar nº 26/06, em 21 de junho de 2006, regulamentou a Lei Orgânica e o Estatuto da instituição, permitindo que a DPE executasse as mudanças constitucionais referentes à autonomia, adequando sua estrutura e funcionamento. A implantação dos núcleos especializados de atendimento foi realizada nesse período.

A sanção da Lei Complementar nº 26/06 garantiu, também, a inserção da instituição na Lei de Diretrizes Orçamentárias como 5º órgão na estrutura de governo. Assim, a instituição baiana destacou-se, no âmbito das defensorias estaduais, ao ser a primeira do Nordeste a efetivar tais mudanças constitucionais.

Nossa Realidade

Ao longo desses 30 anos, a Defensoria Pública do Estado da Bahia cresceu, se fortaleceu e se consolidou como Poder. Mas, o seu crescimento é aquém do determinado pela Lei Complementar nº 26/2006, que é de 583 defensores. Até meados deste mês, a instituição estava com 267 integrantes, que será ampliado com mais 17, convocados no último dia 16 de maio.

Dessa forma, a Defensoria da Bahia só está presente em 23 das 219 comarcas instituídas pelo Tribunal de Justiça. Também, não totalizamos a presença nos territórios de Identidade. Dos 27 territórios, estamos presentes em, apenas, 16.

Na capital, são 167 defensores atuando nas especializadas de Direitos Humanos, Família, Criança e Adolescente, Idoso, Criminal e Execução Penal, Cível e Fazenda Pública, Curadoria e Tribunal de Justiça.

Os demais estão distribuídos na Região Metropolitana e seis regionais com suas comarcas: 1ª Regional Feira de Santana, 2ª Regional Vitória da Conquista, 3ª Regional Ilhéus, 4ª Regional Itabuna, 5ª Regional Juazeiro e 6ª Regional Santo Antônio de Jesus. Os demais municípios são: Camaçari, Candeias e Simões Filho; Alagoinhas, Paulo Afonso, Serrinha e Esplanada; Guanambi e Itapetinga; Jequié, Teixeira de Freitas e Porto Seguro; Jacobina e Senhor do Bonfim; Valença e Santo Amaro. Lauro de Freitas inclui, também, os municípios que abarcam a estrutura da Defensoria Pública do Estado.

Como podem ver, a Bahia tem muito a caminhar para efetivar o determinado na Emenda Constitucional Federal 80/2014, que determinou prazo máximo de 8 anos para que a União, os Estados e o Distrito Federal tenham defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais! Já se passou um ano.

A DEFENSORIA PODE CRESCER

O Estado possui a obrigação legal de prestar assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que provarem insuficiência de recursos (art. 5º, LXXIV da Constituição Federal). A Carta Magna estabelece que esse serviço será prestado pela Defensoria Pública, que é “expressão e instrumento do regime democrático” (art. 134 da Constituição Federal).

Estudo recente aponta que a Defensoria Pública, além de eficiente, é um serviço econômico. A expansão das atividades resultaria em grande benefício da população, através de investimentos muito inferiores aos valores de mercado.

Quantificando monetariamente as atividades exercidas pela Defensoria Pública do Estado da Bahia no ano de 2014, com base nos valores mínimos a serem cobrados por advogados particulares, segundo a Resolução 05/2014 da OAB-BA, é encontrado um interessante resultado. Esta tabela é usada pelo Poder Judiciário para fixação de honorários aos advogados dativos, que são aqueles nomeados pelo juiz, diante da ausência de defensores públicos.

Saibam que a designação de advogado dativo, para o acompanhamento de uma sessão de julgamento de júri, acontece, em regra, em um único dia e custa ao Estado R\$ 21 mil. Esse valor é superior a toda a remuneração mensal de um defensor público de classe inicial.

No ano de 2014, a Defensoria Pública fez 470.624 atuações, dentre as quais, 56 Ações Cíveis Públicas. Como se vê, as Ações Cíveis Públicas constituem 0,01% das atuações da instituição.

O resultado alcançado é que a manutenção de toda a estrutura da Defensoria

Pública representa apenas de 25% a 36% do que custariam os serviços realizados pela instituição se fossem prestados por advogados dativos. Cada defensor público representa uma economia anual média que vai de R\$1.013.900,04 a R\$1.759.824,01.

A Defensoria Pública do Estado da Bahia tem sido cobrada para a designação de defensores para comarcas ora vagas. As cobranças vem do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Secretaria Estadual de Assuntos Penais e da sociedade civil. Mas, não há como atender todas as comarcas se temos 284 defensores para todos os 417 municípios do nosso grande estado.

A Defensoria Pública tem déficit de defensores, mas onde ela está presente busca atender aqueles que dela precisa. Precisando, é só procurar. Em caso de dúvidas, sugestões, críticas sobre os serviços prestados pela Defensoria Pública do Estado da Bahia ligue para o 129.”(Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Parabéns.

Depois dessa belíssima apresentação, gostaria agora de convidar para fazer uso da palavra, o Defensor Público Geral, Dr. Clériston Cavalcante, pelo tempo que for necessário para que possa falar. Ao restante da Mesa daremos um tempo de até 5 minutos, inclusive para os nobres deputados presentes, a exemplo dos deputados Carlos Ubaldino, Ivana Bastos, Bobô, Euclides Fernandes, que aqui já mencionei, Gika, e a deputada Fabíola.

O Sr. CLÉRISTON CAVALCANTE DE MACÊDO:- Bom dia a todos e a todas, gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do Sr. proponente da sessão, deputado Fabrício Falcão, da deputada Fabíola Mansur, do Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, Conselheiro Inaldo Araújo; Sr. Conselheiro substituto Ronaldo do Nascimento; o representante do Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, Conselheiro Francisco Neto; Sr. Defensor Público Federal Ricardo Fonseca; o Sr. Corregedor da Polícia Militar Coronel Manoel Amâncio; Sr^a Presidente da Associação dos Defensores Públicos Ariana Souza; Sr^a Conselheira da OAB, Cíntia Maria, representante da OAB/Ba; Sr. sub-Corregedor da Defensoria Pública do Estado da Bahia César Ulisses; Sr^a Diretora da ESDEP Firmiane Venâncio e Sr. ex-deputado federal relator da emenda 80/2014 Amauri Teixeira.

Prezados Srs. e Sr^{as}, colegas, servidores da Defensoria Pública, bom dia. Tentarei ser breve.

(Lê) “Retornar à Assembleia Legislativa da Bahia para celebrar com os representantes do povo, a passagem pelo Dia da Defensoria Pública e do Defensor Público é motivo de grande honra e alegria para todos os Defensores Públicos da Bahia.

A Assembleia Legislativa da Bahia tem se notabilizado pelo acolhimento das causas defensoriais, desde sempre. Foram aprovados nessa casa, ao longo dos trinta anos de existência da Defensoria Pública baiana, completados nesse ano de 2015 importantes projetos de lei que deram à nossa instituição, na vanguarda de normatização da Defensoria Pública Brasileira, as feições de instituição autônoma, independente e essencial ao acesso democrático à justiça.

Sabemos que há ainda muito por ser feito, por ser conquistado. Os números ainda contam contra nós, como pudemos ver na apresentação que nos antecedeu.

Além disso, a Emenda Constitucional 80/2014 estabeleceu mandamento de que, em oito anos, onde houver um juiz, um promotor, deve haver também um Defensor Público.

A Bahia, nos últimos oito anos e meio, partiu de pouco menos de 100 defensores públicos para os atuais 267, que agora se somam aos 17 defensores públicos recém-nomeados, graças à interlocução com o Executivo e ao apoio incomensurável dos deputados e deputadas dessa casa legislativa.

Temos conseguido demonstrar que a Defensoria Pública fortalecida, impacta primordialmente na vida de inúmeros cidadãos e cidadãs baianos, mas sobretudo gera nos menos favorecidos a constatação de que os direitos consagrados nas leis aprovadas nos parlamentos, não são apenas letras frias, mortas, mas se consubstanciam no exercício real da cidadania e de busca pela igualdade entre todos e todos.

Direito à saúde, educação, à não discriminação, igualdade de acesso, não violência, respeito à criança, adolescente, idoso, mulher, são apenas alguns exemplos de direitos e garantias que o Defensor Público busca assegurar na sua atuação cotidiana.

Defensoras e Defensores Públicos são merecedores de homenagens como esta que a presente sessão solene faz, porque não se abate diante das inúmeras agruras que vê estampadas nas histórias difíceis de vida que acolhe em seus gabinetes, em atendimentos itinerantes como aqueles realizados anteontem na estação da Lapa, nas ruas, através do atendimento à população em situação de rua, aqui representada (palmas) assim como aqueles realizados nas unidades prisionais, junto aqueles que muitos gostariam de jamais ter contato, ou que jamais retornassem ao convívio social.

Somos nós, Defensores Públicos que tornamos visível aos olhos do sistema de justiça, a existência dessas pessoas.

No último ano, asseguramos visibilidade à existência jurídica de quase 800 mil baianos. Este ano, temos buscado fazer muito mais, ainda que com um orçamento reduzido em parcela essencial para assegurar atuações importantes como a itinerância e a interiorização tão almejada dos nossos serviços.

E temos feito isso com extrema responsabilidade e economicidade para os cofres públicos.

Os números que comparam os custos da atuação de um advogado dativo, com base na tabela de atos da OAB, que o Estado é condenado a custear nos locais onde não há Defensor Público, mostram que cada defensor público representa uma economia anual média que vai de R\$ 1.013.900,04 (um milhão, treze mil novecentos reais e quatro centavos) a R\$ 1.759.824,01 (um milhão setecentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e vinte e quatro reais e um centavo).

Portanto a Defensoria Pública representa redução de custos para o Estado,

possibilitando um serviço contínuo de assistência jurídica com as garantias da independência e autonomia que o cidadão mais humilde necessita para assegurar-lhe igualdade de acesso à justiça com aqueles que não podem constituir advogado particular.

Não por outro motivo, senhoras, senhores, deputados, deputadas, estamos dialogando com o Executivo e preparando um projeto de lei que chegará a esta Casa e que possibilitará a modernização da Defensoria Pública, a interiorização dos nossos serviços com uma enorme economicidade para o Estado.

As tratativas com o Governo e com os membros e lideranças do Legislativo serão intensificadas nos próximos meses para que possamos projetar a curto, médio e longo prazos o cumprimento da Emenda Constitucional 80/2014 e levar a cada cidadão baiano o acesso democrático à justiça por meio da Defensoria Pública.

Contamos com o apoio de todos e todas nessa caminhada, a fim de que possamos construir hoje a Defensoria Pública dos próximos 30 anos,

Muito Obrigado”!

(Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra a Sra. Adriana Souza, presidente da Adep, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a ADRIANA SOUZA:- Bom- dia a todos e todas! Cumprimento a Mesa na pessoa do deputado Fabrício Falcão, cumprimento os demais deputados aqui presentes, autoridades e público em geral (Lê):- “O Dia Nacional da Defensoria Pública é comemorado em 19 de maio, e nesse dia a cor verde predomina, trazendo esperança por dias melhores.

A Defensoria Pública, instituição altruísta por natureza, é essencial à função jurisdicional do Estado, visando à garantia dos direitos fundamentais, diminuição das desigualdades sociais e promoção da inclusão social.

A assistência judiciária integral e gratuita outorgada pela Constituição Federal à Defensoria Pública compreende a orientação e defesa, judicial, bem como a sua atuação extrajudicial no que se refere aos direitos dos hipossuficientes, seja financeiro, técnico ou organizacional.

A instituição é um importante instrumento de concretização das políticas públicas, com sua atuação proativa, preventiva e resolutiva, seja como multiplicadora de informações, seja como demandante de melhorias e função fiscalizadora, que visa efetivar os direitos fundamentais e básicos, prevenindo a judicialização de megaconflitos, dando soluções às demandas coletivas, o que se conclui que o defensor público deve ser um revolvedor de problemas, jamais um resolvidor de processo.

A disseminação do papel da Defensoria Pública é exaustivamente multiplicada por todos que acreditam na importância da instituição, na certeza de contribuir na sua

construção, tijolo por tijolo, e formar a cultura defensorial.

E o exército de sangue verde veio para ficar e cumprir o seu papel, fortalecendo, assim, o Estado Democrático de Direito.

A cada dia colocamos mais um tijolo, o tijolo da simetria constitucional frente as carreiras da magistratura e ministério público, o tijolo da ampliação dos membros da carreira com a nomeação de mais defensores, o tijolo do reconhecimento pelo STF da legitimidade da Defensoria Pública nas demandas coletivas, e de forma ampla, o tijolo da recomendação da Comissão Nacional da Verdade que ressaltou a importância do fortalecimento das Defensorias Públicas, e assim vamos, nos reafirmando como instituição essencial no sistema de Justiça.

Como diziam nossos avós, cresça e apareça, e nós crescemos e exigimos o reconhecimento de fato e de direito que a instituição merece ocupar no cenário social, político e jurídico deste País.

Hoje, não se concebe mais a redução de orçamento, a tramitação lenta dos projetos de lei de estruturação da instituição, a falta de prioridade das políticas de fortalecimento da Defensoria Pública.

É preciso continuar, pois milhares de vulneráveis precisam da Defensoria Pública: negros, índios, pessoas com deficiência, sofrimento mental ou que fazem uso de drogas, comunidade LGBTQI+, crianças e adolescentes em conflito com a lei, mulheres vítimas de violência, idosos, consumidores enganados, encarcerados, institucionalizados de todo o gênero.

Não estamos sozinhos, e reconhecemos isso, razão pela qual agradecemos ao presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Marcelo Nilo, e os demais deputados que usaram da palavra, bem como ações, para engrossar o coro de toda a sociedade que clama por mais defensores, e a recente nomeação dos remanescentes do último concurso para o cargo de defensor público resulta desse movimento conjunto entre o Poder Executivo, Poder Legislativo e o povo baiano.

Precisamos continuar avançando, e a abertura de novo concurso público para membros da carreira se faz necessária para que se possam cumprir os ditames constitucionais, cuja determinação estabelece que em cada comarca do Estado da Bahia, seja colocado, necessariamente, um defensor público.

Não podemos mais fechar os olhos para as mazelas da sociedade, nosso dever, como defensor público, se consagra na constante defesa das prerrogativas e garantias de carreira, auxiliando na construção de uma Defensoria Pública cada vez mais forte, autônoma e funcionalmente independente, sendo, de fato, o porta-voz dos desvalidos.

Parabenizo todos os defensores públicos em comemoração ao dia nacional da Defensoria Pública.

Parabenizo também, o deputado Fabrício Falcão pela proposta desta sessão especial a quem entrego essa pequena lembrança”.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Muito obrigado a todos vocês por essa lembrança.

Com a palavra o presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, Dr. Inaldo Araújo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. INALDO ARAÚJO:- Bom-dia a todos! Prometo falar claro para ser entendido, alto para ser ouvido e bem rápido para ser aplaudido e não ser apitado também.

Uma saudação toda especial à Mesa, inicialmente na pessoa do homenageado, ao me referir ao Dr. Clériston Cavalcante dirijo-me a todos os defensores da Bahia, ao proponente desta sessão, meu amigo o deputado Fabrício Falcão que tem sido mais do que um expoente nesta Casa, que é do povo. E ao falar de Fabrício Falcão não utilizo nenhum pronome de tratamento, nenhum título, nenhuma pompa porque quando falamos pelo nome falamos para aquelas pessoas que são verdadeiros amigos e, você, Fabrício, tem sido um valioso amigo; e também, obviamente, na pessoa da nossa querida deputada Fabíola Mansur, é um prazer sempre e sempre estar ao seu lado.

Senhoras e senhores, a minha palavra será muito breve, até porque hoje que é o dia da Defensoria Pública também é indubitavelmente o dia da Constituição, porque se nós temos hoje a Defensoria Pública do jeito que ela está estruturada nos dias de hoje, sem dúvida alguma, a Constituição Federal foi o principal ator nesse processo. Agora, entre os 250 artigos da Constituição Federal, tem um que eu reputo de máxima importância, que é o Artigo 3º em que temos expressamente os objetivos dessa República. Por que esta Casa existe, esta Casa que é do povo? Por que existem o Tribunal de Contas do Estado, dos Municípios, de Justiça e o Ministério Público? Para, está bem claro no Artigo 3º, reduzir a desigualdade e erradicar a pobreza.

Vou pontuar tão somente na redução da desigualdade. Como é que eu consigo reduzir a desigualdade nesse País se não tiver uma justiça que seja do e para o povo? Como é que eu consigo que essa justiça seja do povo se não tiver o trabalho dos senhores? Daí por que eu poderia citar vários fatores, várias necessidades da Defensoria assim como o Tribunal de Contas, que é um órgão, os senhores têm 30 anos mais ou menos, pude perceber, o TCE da Bahia é um órgão centenário e que passa por diversas dificuldades em relação ao número de auditores, estrutura etc, mas não deixamos de combater o nosso bom combate.

Fiquei muito feliz quando estava à Mesa e recebi esta revista, já na gestão de Dr. Clériston na Defensoria Pública, na linguagem dos quadrinhos. Gosto muito desse tipo de arte, desse tipo de ação, porque ela fala na linguagem que o cidadão entende. Pegamos essa cartilha, essa revista em quadrinhos e conseguimos compreender, Dr. Clériston, qual o papel da Defensoria.

Parabenizo-o muito por esta ação porque ela faz com que o defensor cumpra com aquilo que é básico, ir aonde o povo sempre está, como cantou muito bem o poeta.

Muito obrigado a todos. Parabéns por este dia, por todos os dias e sempre! Sucesso. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- O nobre conselheiro Inaldo da Paixão, além de ser um dos grandes conselheiros que temos, professor universitário, escritor de diversos livros na área da Administração Pública, é um grande intelectual que temos no Estado da Bahia e que honra esse grande Tribunal de Contas, sendo ele o seu presidente atualmente.

Com a palavra a Sr^a Firmiane Venâncio, pelo tempo de até 5 minutos. (Palmas)

A Sr^a FIRMIANE VENÂNCIO:- Bom-dia a todos e a todas.

Gostaria de saudar a Mesa na pessoa do deputado Fabrício Falcão, proponente desta sessão solene, gostaria de saudar, também, a deputada Fabíola Mansur, companheira de lutas nesta Casa em prol dos direitos humanos, da população LGBT, das mulheres, meus colegas, minhas colegas, queridos membros dos movimentos sociais, dos movimentos de mulheres que hoje se fazem presentes, hoje é um dia de grande alegria para nós porque retornamos a esta Casa para celebrar, para agradecer o apoio de todos os deputados e deputadas em prol da luta pelo fortalecimento da Defensoria Pública.

A nossa instituição tem buscado se fortalecer a cada dia e a conjunção de esforços da Defensoria Pública, da Assembleia Legislativa, deste Parlamento, tem sido essencial para que nós estejamos hoje comemorando aqui a nomeação dos 17 aprovados, para que nós estejamos comemorando as possibilidades de interiorização da Defensoria Pública, através dos projetos que chegarão a esta Casa.

Esperamos contar com o apoio de todos os deputados presentes e também dos que não estão, mas que em breve saberão dessa nossa demanda, para que possamos levar a todos os cidadãos e cidadãs do Estado da Bahia que precisam dos serviços da Defensoria Pública, um acesso democrático à Justiça, acessível e que chegue, efetivamente, a todos os cidadãos e cidadãs.

Gostaria, mais uma vez, de agradecer a oportunidade de estar aqui, e dizer que a Defensoria Pública se encontra de portas abertas com todos os seus projetos, com todas as suas frentes de atuação e que em breve enviaremos alguns projetos para o conhecimento desta Casa, e que possibilitarão, com a reunião de esforços dos Defensores Públicos, num empreendimento de um esforço muito maior do que as suas possibilidades, para fazer com que nós consigamos, com esse pequeno número, chegar a um número maior de pessoas.

É uma felicidade muito grande estar aqui hoje. Mais uma vez vamos celebrar o nosso dia porque, realmente, nós merecemos, é uma instituição merecedora por aquilo que impacta na vida de tantas pessoas que mais necessitam.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o Sr. Ricardo Fonseca, defensor público federal, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. RICARDO FONSECA:- Excelentíssimo deputado Fabrício Falcão, excelentíssima deputada Fabíola Mansur, condutores deste admirável evento, nas pessoas de quem cumprimento os componentes da Mesa, digníssimos deputados, colegas defensores públicos, senhoras e senhores, a presente sessão especial da Assembleia Legislativa da Bahia, caro deputado Fabrício Falcão, tem para nós, defensores públicos, um relevante significado.

(Lê) “Explico. É que desde o surgimento da Defensoria Pública a instituição vem encontrando enormes resistências de certos setores para se firmar, só encontrando amparo nessa eterna peleja justamente no Poder Legislativo.

Com efeito, apesar de as Defensorias Públicas do Rio de Janeiro e da Bahia já existirem há mais de 30 anos, foram os representantes do povo brasileiro, como V.Ex^{as}, caríssimos deputados, que, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte, erigiram em nossa Constituição cidadã a Defensoria Pública ao patamar de instituição essencial à função jurisdicional do Estado, tendo o constituinte originário, àquela época, disciplinado que lei complementar organizaria a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreveria normas gerais para sua organização nos estados.

Pois bem, justamente por sempre encontrar resistências de certos segmentos, coube mais uma vez aos representantes do povo, que são V.Ex^{as}, dar andamento ao processo legislativo que culminou com a edição, em 1994, da Lei Complementar nº 80, cuja redação final estipulava, segundo a vontade do Congresso Nacional, maiores garantias à Defensoria, que foi sancionada, infelizmente, sem que antes a ação dissimulada do então procurador-geral da República influenciasse na aposição de 32 vetos à referida lei, justamente nos pontos mais sensíveis ao bom funcionamento da instituição.

É, excelências, a vida da instituição Defensoria Pública é inexplicavelmente marcada por forte oposição ao seu progresso, sendo exemplo disso a impetração da ADI 3.943 (Conamp - Associação Nacional dos Membros do Ministério Público), a qual, graças a Deus e a Santo Ivo, foi rechaçada pelo Supremo Tribunal Federal, o qual referendou a legitimidade conferida pelo Poder Legislativo (ao alterar a Lei 7.347/85) à Defensoria para propor ações civis públicas.

Outro exemplo diz respeito a recente ADI proposta, infelizmente, pela presidente Dilma, contra a autonomia funcional, administrativa e de iniciativa de proposta orçamentária legitimamente conferida à minha querida Defensoria Pública da União, mais uma vez pelos membros do Poder Legislativo.

A razão de aqui se apresentar este histórico, nobres deputados, é a de asseverar que a única força de apoio que a Defensoria invariavelmente encontra se assenta nos representantes do povo, nos membros desta Casa Legislativa e do Congresso Nacional, que, cientes da importância da Defensoria Pública para se alcançar os

objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e, ainda, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação), empenham-se diuturnamente em construir um arcabouço normativo que permita a nossa instituição desincumbir-se de sua missão.

Nós, que somos da DPU, litigamos quase que exclusivamente contra a União, suas empresas públicas (CEF) e autarquias (INSS). Vale dizer, combatemos o arbítrio do governo brasileiro em prol dos descamisados deste País, pelo que a manutenção de nossa autonomia é condição fundamental para que possamos bem atuar.

Afinal, por causa do descaso governamental ainda só atuamos em 24% das Seções Judiciárias Federais, contando com apenas 551 defensores públicos federais em nossos quadros para atuar perante nada menos que 8.175 magistrados: 1.714 juízes federais, 3.250 juízes do Trabalho, 3.178 juízes eleitorais, 33 juízes militares federais togados e 82 ministros de tribunais superiores.

Srs. Deputados, no julgamento da ADI 3.943, em que, como já disse, o STF reconheceu a legitimidade da Defensoria para propor ações coletivas, ficou marcada uma feliz expressão do Min. Celso de Mello: 'A quem interessa enfraquecer a Defensoria Pública?'

Será que lutar pelos descamisados, promover justiça social e pugnar pela efetividade do Direito assombra a tantos assim?

Essa é uma pergunta que não se quer calar...

(Lê): *“Entretanto, graças ao bom Deus, a Santo Ivo, e também À SENSIBILIDADE DO PODER LEGISLATIVO, efetivos representantes desse povo brasileiro tão sofrido, para nós, Defensores, pouco importa quem sejam tais interessados, porque somos acostumados a ir à luta e sabemos mais do que ninguém resistir a antagonismos.*

Parafraseando um dito popular mexicano, 'tentam nos enterrar, mas não sabem que somos sementes'. (Palmas)

E como sementes do bem que somos sempre iremos, com o apoio da população, do Poder Legislativo, crescer e florescer, porque disso depende o acesso a direitos subjetivos da maior parcela da população de nosso País.

Bem, senhores, a solenidade é longa e penso que já abusei demais da paciência de todos, pelo que quero me despedir com uma expressão cunhada por Che Guevara que pode servir de complemento à indagação do Ministro Celso de Mello: 'Os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas, mas jamais conseguirão deter a chegada da primavera inteira'.

Muito obrigado”.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Concedo a palavra a Ronaldo

Nascimento, representando o TCM, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. RONALDO NASCIMENTO:- Bom-dia a todos, inicialmente gostaria de congratular a Mesa, na pessoa do deputado Fabrício Falcão, que preside esta solene sessão, e também do defensor-geral, Sr. Clériston Cavalcante de Macedo.

Gostaria de dizer que o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia tem a missão constitucional de fiscalizar os recursos públicos de todos os municípios. Em tese, a boa e regular aplicação desses recursos impactará nos cidadãos que mais precisam da sua aplicação.

Confesso aos senhores que eu que já era fã da Defensoria Pública. Após ouvir todos esses relatos e poder ler um pouco essa cartilha – conversa que tive com o defensor- geral –, passo a ser um devoto dos defensores públicos.

Ouvi também sobre os números da Defensoria Pública, pequenos, grandes, e tive a possibilidade de escrever alguma coisa que relatarei para os senhores.

Dizem que os pobres e oprimidos são pequenos, mas são em número grande neste Estado gigante. Os defensores público são um número pequeno para defender os pequenos hoje. E esses gigantes defensores precisam de um número maior, grande, para defender esse número grande de pobres e oprimidos. (Palmas)

Gostaria de fazer uma ligeira homenagem a todos. Peço a compreensão de todos os defensores. Quem for defensor na plateia coloque sua mão direita no ombro esquerdo, e a mão esquerda no ombro direito, aperte. Esse é meu abraço para todos vocês. (Palmas)

Enquanto eu estava ali, minha mãe ligava, mas não pude atender. Lembrei-me de que este mês é o mês das mães, deputada Fabíola Mansur. É comemorado em uma data, mas é o mês todo, e é também o mês das noivas.

Tem a poesia de um matuto – se a memória não me envergonhar –, com a qual presto homenagem a todas as defensoras, com a licença dos defensores, que diz:

“Vixe! O cabra pode ser muita coisa nesta vida, ser artilheiro ou goleiro, pedalar ou correr – deixe-me lembrar aqui, porque é muito grande. “Vixe! O cara pode ser muita coisa nessa vida, ser artilheiro ou goleiro, pedalar ou correr, 'inté' o sabor das coisas o cabra pode escolher. Mas a coisa mais joiada, mais preciosa, mais arretada da vida da gente, simplesmente, não se escolhe: a mãe. Ela que é um pedacinho de Deus no meio do mundo, um tantinho assim de bravura e um tantão, assim, de ternura. Mãe é doce feito mel de rapadura, macia feito algodão, cheirosa feito milho na fogueira numa noite de São João. Mãe é pura perfeição. Não tem pra que escolher. Mas, ainda assim, se me fosse dada a graça desse poder, de todas as mães do mundo, teria escolhido você”.

Parabéns a todos os defensores públicos do Estado da Bahia! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Depois de tão bela poesia, gostaria de convidar o ex-deputado federal Amauri Teixeira – grande homem público do Estado

da Bahia – para fazer uso da palavra pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. AMAURI TEIXEIRA:- Bom-dia a todos e a todas, inicialmente, quero cumprimentar o meu amigo defensor-geral, Clérison Cavalcante, e na sua pessoa cumprimentar a todos os defensores da Bahia; cumprimento Ariana Sousa, presidente da Adep, e na sua pessoa cumprimentar a todas as defensoras da Bahia; o meu amigo Ricardo Fonseca, representando a Defensoria Pública da União, e na sua pessoa cumprimentar todos os defensores públicos e defensoras públicas da União; cumprimentar e parabenizar o deputado estadual Fabrício Falcão pela importante iniciativa. Eu estava conversando ali, deputado Fabrício: quando comecei o meu mandato na legislatura passada, percebi muito que a Defensoria era um órgão pouco conhecido e reconhecido. Ainda o é. Hoje é muito mais conhecida e muito mais reconhecida do que era. Isso se deu pela atuação da Defensoria como instituição, pela atuação dos defensores, pela atuação dos representantes sindicais, na Anadep, na Anadef, pela atuação dos concursados aprovados, que fizeram um trabalho e permitiram maior conhecimento sobre essa instituição importante. Então, V.Ex^a realiza uma audiência pública que tem esse papel, esse caráter didático de ampliar o conhecimento e o reconhecimento de uma instituição importante, que é a Defensoria Pública.

Quero cumprimentar a minha amiga Fabíola Mansur e parabenizá-la pelo mandato, militante reconhecida dos direitos humanos e diversos setores minoritários, e na sua pessoa cumprimentar todas as deputadas desta Assembleia Legislativa.

Quero dizer que o Brasil é perverso em diversos aspectos, falando historicamente. Ele tem sido perverso, também, neste aspecto: o acesso à Justiça, que até há pouco tempo era restrito às classes econômicas, sociais e políticas dominantes, a elite brasileira. Basta dizer que quem tinha acesso, por via judicial, ao medicamento de alto custo não era o povo. Quem tinha acesso a exames pagos pelo SUS, caros, cirurgias muitas vezes realizadas no exterior, não era o povo, eram os ricos. Quem tinha acesso a spa via decisão judicial... Sou frequentador de spa em todo final de ano aqui na Bahia e tenho experiência interessante. Quando comecei a frequentar o spa, há uns 12 anos, 90% eram pessoas que pagavam particular. O spa era altamente elitizado. Hoje é o inverso. Continuo no mesmo spa e hoje temos lá 70, 80% de pessoas por decisões judiciais. Muitas vezes pessoas que não teriam acesso se não fosse o trabalho da Defensoria.

Empenhei-me muito, no meu mandato, para fortalecer a Defensoria. Fabrício Falcão, Fabíola Mansur e diversos parlamentares desta Casa têm de reconhecer que a causa da Defensoria não é uma causa que tem viés partidário, tem uma simpatia de grande número dedeputados tanto aqui na Assembleia Legislativa da Bahia, quanto na Câmara Federal e Senado, tem uma amplitude grande por reconhecerem que esta instituição é fundamental para corrigir essa perversidade do sistema brasileiro. É a possibilidade de acesso a serviços essenciais como saúde, educação, moradia. A perversidade continua. Chove em Salvador e aumenta a perversidade da cidade pois, ao chover, quem mais sofre são os mais pobres.

Amanhã haverá uma sessão importante. Quero parabenizar esta Casa por mais essa iniciativa. Uma sessão para se discutir a questão das encostas. Acredito que vamos aprofundar. Mas a chuva mostra a perversidade do sistema. Atinge os mais necessitados, as pessoas mais pobres, mas não é só morador. Não adianta só pagar o aluguel. Essas pessoas têm de ser indenizadas. O poder público tem responsabilidade, a Defensoria, já tomei conhecimento, escalou três defensores para cuidar disso. O pequeno comerciante que teve o seu comércio destruído, que teve a impossibilidade de continuar, tem de ser indenizado para continuar a viver do seu trabalho, do seu suor, como vivia antes da irresponsabilidade do poder público. O atual prefeito de Salvador não tinha uma linha no seu programa de governo sobre contenção de encostas. Não tinha uma linha sobre contenção de encostas no livro que ele lançou sobre o projeto estratégico para Salvador. Numa cidade com a característica de Salvador!

Ainda bem que existe a Defensoria Pública para acabar com o clientelismo, porque o fortalecimento, Ricardo, da Defensoria Pública incomoda também porque aumenta a cidadania, reduz o clientelismo. As pessoas procuram a Defensoria enquanto cidadãos, e terão na Defensoria um órgão com profissionais para defendê-las enquanto cidadãos. Dispensa a intermediação do vereador, a intermediação, muitas vezes, clientelista, dispensa a intermediação de deputado estadual muitas vezes clientelista, do senador.

Temos que fazer valer a Emenda que garante a universalização das Defensorias, porque isso... (O orador se emociona) (Palmas)

(...) eleva o nível de cidadania do povo brasileiro e assegura os seus direitos enquanto cidadão.

Eu não consigo falar da Defensoria sem me emocionar. Peço desculpas.

Gostaria de aproveitar e dizer - temos duas identificáveis, vestidas de verde, Flávia e François – nós não lutamos para vocês conquistarem um emprego, nós lutamos porque acreditamos que vocês defenderão os interesses do povo da Bahia. Parabéns pela nomeação. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Convido a defensora Flávia Teles, representando os convocados do último concurso que, agora, já são defensores públicos, para fazer uso da tribuna pelo tempo de até 5 minutos. (Palmas)

A Sr^a FLÁVIA TELES:- Bom-dia. Na verdade a luta foi grande, mas prometo que seremos rápidas. Quero saudar a Mesa, na pessoa do deputado Fabrício Falcão, e o defensor público geral, Dr. Clériston Macêdo.

Estamos aqui, eu e Françoise Frazão, na verdade, mais para agradecer e para lembrar um pouco da nossa luta. Foram quase quatro anos nessa luta juntos ao governador Jaques Wagner, nas plenárias, e junto ao atual governador Rui Costa, nos interiores da vida. Fizemos desta Casa a nossa casa, estando presentes semanalmente

aqui! Na verdade, todos os deputados já nos conheciam e os servidores da Casa também. Queremos deixar o nosso agradecimento para eles, pessoas absolutamente receptivas a nossa luta, principalmente por perceberem que a nossa luta não era pura e simplesmente pela nomeação dos 17 aprovados, mas pelo fortalecimento da instituição e do Estado.

No nosso Estado a população é extremamente carente, e é preciso trazer um pouco de dignidade para essas pessoas tão sofridas que, muitas vezes, não têm nem noção dos direitos que elas possuem. É isso o que a Defensoria quer fazer, é isso o que nós queremos fazer. A nossa luta é pelo fortalecimento da instituição, é para que pessoas que tanto precisam e que nada têm, ou que acreditam que nada têm direito, venham a ter direitos e dignidade. Desejamos que essas pessoas tenham, cada vez mais, os seus direitos respeitados e fortalecidos.

Gostaríamos de agradecer a todos os deputados pelo carinho, pela atenção e pelo apoio. Nesse tempo conseguimos sensibilizar muitos deputados para a importância da instituição, e esse é um orgulho que os nossos colegas têm. O nosso grupo, que luta por mais defensores, não é apenas pela nomeação dos 14, mas pelo fortalecimento da instituição. Gostaríamos de agradecer à sociedade civil pelo apoio de sempre. Na verdade, desde muito cedo, tivemos o apoio da sociedade civil, através do Twitter, do Facebook e de movimentos junto a esta e a outras Casas.

Sabemos da necessidade de mais defensores. Infelizmente, a nossa nomeação não suprirá a carência da Defensoria no Estado inteiro, mas nos colocamos como agentes multiplicadores da Defensoria Pública junto ao interior. O deputado Marcelo Nilo colocou a necessidade de nós irmos ao interior. Nós iremos para o interior, e estamos cientes disso. Na verdade, queremos ser agentes multiplicadores para que a instituição cresça, cada vez mais, e que nós consigamos alcançar o maior número de comarcas possível no interior da Bahia, para que cada cidadão deste Estado tenha o mínimo de dignidade possível.

Gostaríamos de agradecer ao governador Rui Costa pela nomeação, ao defensor público geral, Dr Clériston Macêdo, pela incessante busca pelas nossas nomeações e aos futuros colegas, na verdade, pelo apoio, pela torcida e por toda essa luta junto com a gente.

Obrigada, gente. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Na verdade, a luta de vocês é a luta de todos pelo fortalecimento da sociedade, para podermos ter mais e mais defensores trabalhando pelo povo da Bahia.

Passo a palavra à deputada Fabíola Mansur. V.Ex^a tem o tempo de 5 minutos, deputada. (Palmas)

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Bom-dia a todos e todas.

Vou ser econômica nos cumprimentos à Mesa, saudando apenas o deputado proponente, Fabrício Falcão e Dr. Cleríston, defensor público geral. Mas abraço, carinhosamente, cada um dos componentes da Mesa.

Quero fazer uma ação afirmativa, saudando, sobretudo, a presença feminina das três defensoras: Dr^a Firmiane, Dr^a Ariana e Dr^a Carla. A Defensoria Pública é, também, uma forte ferramenta no combate à violência contra as mulheres, bem como da inclusão da mulher.

Sei que muitas defensoras e defensores, aqui, engrossaram as fileiras para reduzirmos as vergonhosas estatísticas de violência contra a mulher. Como presidente da Comissão das Mulheres da Assembleia Legislativa, saúdo a Dr^a Cristina Homem; a ex-ouvidora Tânia; os movimentos sociais de mulheres e quero dizer, Dr. Cleríston e deputado Fabrício Falcão, que a Defensoria muitas vezes é a única ferramenta de democracia e de acesso à Justiça para muitos cidadãos e cidadãs.

Como cidadã e deputada, venho, de público, saudar e parabenizar todos os defensores e defensoras do Estado da Bahia e do país. Dr. Ricardo, realmente, os defensores públicos são baluartes na defesa da democracia. A eles, como dizia o nosso presidente Marcelo Nilo, resta e tem que ter a insistência, ou melhor dizendo, a persistência para não dizer vocação, compromisso, trabalho, coragem para fazer com que a Justiça chegue a todos os rincões.

Quero saudar as mulheres da Mesa, os defensores públicos federais, Dr. Ricardo, e dizer que a forte oposição que, porventura, a Defensoria ou sua ampliação de atividade encontre nada mais é do que a forte oposição ao próprio crescimento dos direitos humanos e da inclusão das pessoas excluídas. Esta Casa Legislativa, que é a Casa do povo, irmana-se solidariamente aos cidadãos e cidadãs em defesa do nosso Judiciário através da Defensoria.

Temos os movimentos sociais, aqui presentes, e devemos nos levantar em defesa desta bandeira. Não podemos esperar mais dez anos para que novos 316 defensores públicos sejam contratados. (Palmas.)

Não sabia que havia um Santo Ivo, o santo dos defensores e advogados. Temos que rezar para Santo Ivo e para dois outros santos para, talvez, ajudar, porque a Bahia é a terra da diversidade. Dr. Ronaldo, aqui, maio é o mês das mães, mas é mês também da diversidade. Temos que respeitar a diversidade de orientação sexual, de religião, e outras diversidades que são respeitadas pela Constituição.

Santo Ivo não é conhecido, aqui, mas depois da emenda 80, aprovada em 2014, a qual reza que, em 8 anos – acho que colocou demais, deputado Amauri, deveria ser 5 anos –, todas as comarcas jurisdicionais deverão ter um defensor, temos que rezar para São Amauri também. (Palmas.)

Temos ainda uma outra santa baiana, deputado Fabrício Falcão, o senhor que fez uma importantíssima sessão de homenagem. Não só eu parabenizo as novas defensoras, pois também engrossei as fileiras pedindo ao governador, mas também todos da Comissão das Mulheres, pois, desde a vinda do Dr. Cleríston à Comissão de Mulheres, estava em nossa pauta falar sobre a convocação dos concursados.

Deputado Fabrício Falcão, V. Ex^a faz, aqui, uma defesa aos direitos humanos ao propor a criação de uma Frente Ampla Parlamentar, para que a gente não só parabenize os 17, como também lute pelos outros 316 que faltam para o Estado da Bahia, e nos incorporando a essa luta.

Todo cidadão que se preocupa e defende bandeiras de direitos humanos é um pouco defensor. Se não tivesse sido eleita deputada estadual, se tivesse cursado Direito, o que não fez, talvez pelo compromisso que tenho, seria, talvez, uma nova concursada a ser chamada por este Estado, porque precisa ter vocação, sangue nas veias para se incomodar com a pobreza, com a exclusão.

A nossa futura santa, Irmã Dulce, que defendeu tantos excluídos, não do ponto de vista jurídico, mas de inclusão, onde não havia recursos, não havia orçamento, onde não havia nada ela se levantava sozinha para defender os excluídos.

Estava vendo a economia que se faz com a contratação de um defensor em relação a um advogado da ativa, que é de R\$ 1 milhão.

Quero pedir para corrigir isso. Não é R\$ 1 milhão, porque a contratação de defensor não é custo, é investimento. Pode, inclusive, colocar muitas cifras no que será investido, vários milhões, pois o Estado da Bahia e este governo têm a preocupação com a inclusão, com a defesa dos direitos humanos. Este governo tem essa preocupação e terá esse compromisso.

Mas pedimos para vocês adotarem a santa mulher, porque santo homem não anda tanto como uma mulher do peso de Irmã Dulce, não é Tânia? No seu centenário, temos que pedir-lhe proteção, para que possamos, antes de 8 anos, ser o primeiro estado que tem um defensor em cada uma das suas comarcas. Que ela nos proteja.

Parabéns, deputado Fabrício. Parabéns defensores e defensoras.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Quero, mais uma vez, dizer que cada deputado desta Casa tem um carinho especial pela Defensoria Pública.

Esta Casa é de vocês, foi a casa da luta pela chamada dos aprovados no concurso, é a casa da instituição. Posso falar em nome do nosso presidente, deputado Marcelo Nilo, e de cada um dos deputados, de todos os deputados que estiveram presentes, a deputada Fabíola Mansur, que faremos o que pudermos para ajudar a fortalecer a instituição. Podem contar conosco, com o meu mandato em qualquer momento.

Sou defensor do Estado forte, a questão do Estado mínimo é um absurdo. O Estado deve servir para servir ao seu cidadão. Temos que fortalecer as instituições com mais e mais servidores que possam, através do ofício de ser um servidor público, seja a Defensoria Pública ou qualquer outro espaço do Estado, servir, pois trabalharemos para que o Estado possa trabalhar e funcionar de tal forma.

Convido todos a ficarem de pé para a execução do Hino do Estado da Bahia.

(Execução do Hino da Bahia.)

(Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*